

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE

CNPJ: 06.977.747/0001-80

COMPANHIA FECHADA

NIRE: 53 5 0000503-0

**ATA DA 159ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
DA EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE,
REALIZADA NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2020**

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, aprovada pelo colegiado devido à pandemia da COVID-19, reuniram-se os Conselheiros Fiscais da Empresa de Pesquisa Energética (EPE): HELANO BORGES DIAS, Presidente, LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO e MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN, suplente. O Conselheiro ALEXANDRE LAURI HENRIKSEN justificou sua ausência com antecedência. A reunião foi secretariada por mim, ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS, Secretária-Geral.

ESCOLHA DO PRESIDENTE

A Secretária-Geral informou que foram eleitos, na 7ª Assembleia Geral Extraordinária da EPE, de 23 de julho de 2020, os seguintes Conselheiros Fiscais: Alexandre Lauri Henriksen – titular – MME – recondução; Maurício de Oliveira Abi-Chahin – suplente – MME – recondução; Luís Felipe Monteiro Serrão – titular – MME – eleição; Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior – suplente – MME – eleição; Helano Borges Dias – titular – ME – recondução; e Rodrigo Sampaio Marques – suplente – ME – eleição.

Assim, conforme disposto no Art. 75 do Estatuto Social da EPE, foi escolhido o Presidente do Conselho Fiscal Alexandre Henriksen, que aceitou o convite previamente.

O Conselheiro Helano Dias colocou-se à disposição para presidir esta reunião, agradecendo o tempo como Presidente e desejando sucesso ao Conselheiro Alexandre Henriksen.

ABERTURA.

O Presidente da reunião Helano Borges Dias cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.

Diante da presença de todos os Conselheiros no exercício da titularidade, restou configurado o atendimento do quórum estatutário.

APRESENTAÇÃO.



Foram aprovadas as atas das 157ª e 158ª reuniões do Conselho Fiscal. Os Conselheiros que não participaram destas reuniões abstiveram-se.

A seguir, foram convidados o Superintendente de Recursos Financeiros Paulo Emílio Barbosa e seu Adjunto Sandro Abílio. Sandro Abílio resumiu a matéria da Superintendência de Recursos Financeiros referente a junho de 2020, apresentando as certidões regularizadas, o extrato CADIN, os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do cartão corporativo, o Demonstrativo da posição do Endividamento, as Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados. Continuou-se com a apresentação dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional, do Demonstrativo de Custos e Despesas Operacionais, dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro. Na sequência, foram apresentados os Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários, o Fluxo de Caixa do Exercício, os Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar e o Demonstrativo com a Composição da conta contábil "Despesas Financeiras".

Sandro Abílio acrescentou que existe um auto de infração de 2008, não julgado ainda, com exigência suspensa e explicou o funcionamento dos cartões corporativos ao novo Conselheiro. Em seguida, o Adjunto relatou sobre as atualizações de depósitos judiciais e sobre a ausência de conta corrente da EPE, não possuindo investimentos. Helano Dias questionou o que é feito quando há sobra de caixa e Sandro Abílio informou que os recursos são administrados pelo Tesouro, com conta autorização de limite de saque. Luis Serrão perguntou sobre a possibilidade de a EPE receber emendas parlamentares e Paulo Barbosa respondeu que existe este ano, inclusive, uma verba para um projeto específico. Sandro Abílio explicou que o maior gasto da Empresa é com pessoal e que o lucro de junho é justificado pelo recebimento de parte do 13º salário dos empregados.

Após, o Adjunto explanou todos os itens do ativo e do passivo do Balanço Patrimonial. Luis Serrão questionou sobre as ações judiciais e Alessandra Lopes informou que a Consultoria Jurídica da EPE as apresentará na próxima reunião. Sandro Abílio continuou com a explicação de que a conta AFAC permanecerá até a próxima Assembleia Geral Ordinária, em 2021, quando será integralizada como capital social. Paulo Barbosa acrescentou que gostaria, por parte do Tesouro, da confirmação de alguns procedimentos e Helano Dias informou que a Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR) está formulando respostas mais amplas para esclarecimentos. O Adjunto explicou os indicadores e, questionado por Luis Serrão, informou que a tendência era estarem negativos, pois são muito impactados pelas provisões para contingências, mas, com o AFAC, os índices devem ser corrigidos.



Maurício Abi-Chahin constatou que, apesar de haver prejuízo no Demonstrativo de Resultados do Exercício, não há no fluxo de caixa, explicado por Sandro Abílio que há esta diferenciação entre os regimes de caixa e de competência. Maurício Abi-Chahin questionou sobre as economias decorrentes da pandemia da COVID-19 e da ajuda da EPE aos empregados, devido ao teletrabalho. O Adjunto informou que a economia está em torno de 40% das despesas gerais da administração e Alessandra Santos explicou que a EPE disponibilizou cadeiras, apoio para os pés e notebooks ou computadores aos empregados.

Na sequência, Paulo Barbosa explicou cada rubrica orçamentária e informou que foi solicitado crédito suplementar para as despesas de pessoal, que só deve ser entregue no 2º semestre de 2020. O Superintendente acrescentou que, em relação às despesas discricionárias, o ano iniciou com a Lei Orçamentária Anual muito baixa, mas os créditos suplementares foram disponibilizados posteriormente. Assim, o desempenho orçamentário deve melhorar a partir de agosto, principalmente com as despesas de Tecnologia da Informação.

Em seguida, Alessandra Santos mostrou a planilha de licitações e contratos em andamento, informando que o setor está disponível para dúvidas. Os convidados retiraram-se da reunião.

A seguir, foi convidado o Superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicações Sergio Miranda, que explicou sobre o incidente de segurança ocorrido em 7 de julho, apresentando as medidas adotadas e os aprimoramentos necessários. Mauricio Abi-Chahin questionou sobre as causas e possível fragilidade devido ao teletrabalho, além de a existência de *backups*. O Superintendente informou que o teletrabalho é uma fragilidade, mas não a única, e que foi contratada consultoria para diagnóstico, além de a Empresa possuir *backups* íntegros. Sergio Miranda acrescentou que a parte mais difícil é a conscientização dos empregados e que não dá para prevenir todas as questões, devendo a EPE estar preparada para se recuperar rapidamente. Luis Serrão questionou sobre os custos associados ao evento e Sergio Miranda informou que este levantamento está sendo realizado. Helano Dias refletiu sobre o espaço para evolução no Brasil neste sentido e que a Governança precisa ser sensibilizada para direcionar esforços e recursos para segurança da informação. O convidado retirou-se da reunião.

Após, a lista de pendências do Conselho Fiscal foi revista. Alessandra Santos informou que não houve alteração significativa no processo da Petrobras. Foi convidado o Assessor da Presidência Carlos Brasil, que explicou a divisão do Planejamento Estratégico, de 4 anos e o último ciclo (2020-2023) aprovado em dezembro de 2019 pelo Conselho de Administração, em Planejamento Estratégico



Institucional (PEI) e Plano Diretor Institucional (PDI). Carlos Brasil informou que havia indicativos dos projetos do PDI, mas houve uma orientação da Diretoria Executiva, por conta do orçamento, de aguardar e só inserir projetos que não demandassem custos adicionais. O Assessor acrescentou que a pandemia do COVID-19 alterou o cenário e que o Conselho de Administração orientou que só gostaria de acompanhar o índice de satisfação do Ministério de Minas e Energia (MME). Assim, devido às incertezas, o foco está neste índice, mas a EPE está estruturando um PDI da pandemia e um plano de contingência, além de estar trabalhando em uma pesquisa de satisfação com o MME. Carlos Brasil informou que haverá priorização de projetos, alinhados ao mapa estratégico e que, assim que tiver um relatório ou balanço organizado, apresenta para o Conselho Fiscal, com previsão até outubro. O convidado retirou-se da reunião. Assim, o Conselho decidiu alterar a orientação de apresentação do Planejamento Estratégico na lista de pendências para quando disponível, ao invés de relatos trimestrais.

Na sequência, a Secretária-Geral informou que a EPE criou grupo de trabalho, da qual faz parte, para revisão do Estatuto Social da EPE, solicitado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Por fim, os Conselheiros discutiram sobre o Plano de Trabalho 2020, que deverá ser aprovado na próxima reunião.

ENCERRAMENTO.

Em seguida, às doze horas, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer Conselheiro manifestado desejo de fazer uso da palavra, o Presidente da reunião Helano Borges Dias agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 159ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assim, eu, Alessandra Lopes Costa Alves dos Santos, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos Conselheiros participantes e por mim, além de rubricada em todas as folhas.



HELANO BORGES DIAS
Presidente do Conselho



ALEXANDRE LAURI HENRIKSEN
Conselheiro



MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN
Conselheiro



ALESSANDRA LOPES C. A. SANTOS
Secretária-Geral